

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 13/2014**

Período: 26/04/2014 – 02/05/2014

GEDES – Brasil

- 1- Embora rejeitada no Congresso Nacional, emenda Dante de Oliveira marcou período de abertura política
- 2- Mortes de militares relacionados ao regime militar
- 3- Comissão Nacional da Verdade investiga morte de índios no regime militar
- 4- Crise entre Rússia e Ucrânia pode favorecer linha de montagem de caças suecos no Brasil
- 5- Congregação do Instituto de Química da USP revoga demissão de Ana Rosa Kucinski
- 6- Morte de Paulo Malhões levanta suspeitas de queima de arquivo
- 7- Grupo de estudantes auxilia Comissão Nacional da Verdade
- 8- Arquivos apontam cooperação brasileira com regime militar chileno
- 9- Relatório preliminar sobre o atentado do Riocentro foi apresentado pela Comissão Nacional da Verdade
- 10- Contradições nas investigações sobre as circunstâncias da morte de Juscelino Kubitschek
- 11- Coluna opinativa analisa complexidade do regime militar

1- Embora rejeitada no Congresso Nacional, emenda Dante de Oliveira marcou período de abertura política

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, no dia 18/04/1984 foram publicadas as Medidas de Emergência, as quais representaram a última ação do regime militar (1964-1985) no sentido de suspensão das garantias democráticas, já em um momento de abertura do regime. No período, o país presenciava uma série de protestos relacionados à votação da emenda constitucional Dante de Oliveira, que objetivava o retorno às eleições diretas para o cargo de presidente da República. Segundo o consultor da Comissão Nacional da Verdade, Paulo Ribeiro da Cunha, a emenda, apesar de não ter sido aprovada no Congresso Nacional, demonstrou a fraqueza do regime perante uma sociedade que “havia adotado uma agenda que já não era mais controlada por eles (militares)”. (*Correio Braziliense – Política – 26/04/14*)

2- Mortes de militares relacionados ao regime militar

O jornal *Folha de S. Paulo* lembrou a morte do coronel reformado do Exército Júlio Miguel Molinas Dias, morto em tentativa de assalto na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, em 2012, afirmando que a morte de militares e agentes da repressão vem causando polêmica devido a suspeita de que estejam relacionadas a “queima de arquivo”. O jornal esclareceu entretanto que a Justiça concluiu que a morte de Dias foi resultado de crime comum. A *Folha* lembrou que após sua morte foram repassados à polícia documentos referentes ao regime militar (1964-1985) que se encontravam com o coronel, entre eles o guia de apreensão de objetos pessoais do ex-deputado Rubens Paiva, os quais ajudaram na análise de elementos ainda desconhecidos sobre

sua prisão. Outro caso reportado pelo jornal refere-se ao ex-delegado da Polícia Civil de São Paulo, Sérgio Paranhos Fleury, o qual, oficialmente, escorregou de uma lancha e caiu no mar, tendo morrido por afogamento no dia 01/05/1979. Seu corpo foi enterrado sem ser submetido à autópsia. (Folha de S. Paulo – Poder – 26/04/14)

3- Comissão Nacional da Verdade investiga morte de índios no regime militar

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade afirmou que investigará a morte de índios durante o regime militar (1964-1985) e buscará provar a ocorrência de genocídio cometido pelo regime. Em depoimentos, índios waimiri-atroari afirmaram que os militares lançavam bombas na região do Amazonas e um pó químico que levava a morte, além de incendiarem aldeias. A *Folha* lembrou que o projeto de construção da estrada BR-174, entre as cidades de Manaus e Boa Vista, no estado de Roraima, teve início em 1967 e atravessou a reserva onde habitam os índios. A Fundação Nacional do Índio (Funai) afirmou que muitos morreram em decorrência do projeto, mas que não tem registros de crimes cometidos pelos militares. O Ministério Público Federal no Estado e a Comissão Estadual da Verdade de Roraima também investigam o caso. (Folha de S. Paulo – Poder – 26/04/14)

4- Crise entre Rússia e Ucrânia pode favorecer linha de montagem de caças suecos no Brasil

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a crise atual entre a Rússia e a Ucrânia pode beneficiar o Brasil no que se refere à compra dos caças suecos para Força Aérea Brasileira (FAB). Diante dos acontecimentos no leste europeu, o governo sueco declarou a compra de mais 10 modelos da aeronave fabricada pela empresa Saab, o que pode levar à ampliação de linhas de montagem no Brasil. As aeronaves Gripen NG serão progressivamente montadas no Brasil, passando gradualmente a contar com componentes fabricados no país. (Folha de S. Paulo – Poder – 26/04/14)

5- Congregação do Instituto de Química da USP revoga demissão de Ana Rosa Kucinski

Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, o colunista Álvaro Pereira Junior lembrou que no dia 22/04/14 a Congregação do Instituto de Química da Universidade de São Paulo se reuniu, quarenta anos após o desaparecimento da professora Ana Rosa Kucinski, para pedir desculpas à família e revogar sua demissão. Ana Rosa era militante da Ação Libertadora Nacional e perante seu desaparecimento foi demitida pela Universidade por “abandono de função”. Na época, a família da professora já apresentava evidências de que Kucinski havia sido vítima do aparato repressivo do regime militar (1964-1985). (Folha de S. Paulo – Ilustrada – 26/04/14)

6- Morte de Paulo Malhões levanta suspeitas de queima de arquivo

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o coronel da reserva do Exército Paulo Malhões foi encontrado

morto em sua residência, na área rural de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, no dia 25/04/14. Após pedido do coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Pedro Dallari, ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a Polícia Federal (PF) passou a integrar investigação sobre o caso. Malhães recentemente assumiu, em depoimento à CNV, ter participado de torturas, mortes e desaparecimento de presos durante o regime militar (1964-1985), rompendo assim o silêncio do Exército sobre o assunto. O coronel afirmou ter medo de represálias por suas revelações e temer por sua família, mantendo cautela ao não citar nomes de agentes da repressão que ainda estão vivos. De acordo com os jornais, o coronel foi morto no dia 24/04/14, quando três pessoas entraram na casa onde morava com a família e saíram levando armas da coleção pessoal do militar e computadores. Segundo a *Folha*, a CNV afirmou temer que tal situação leve à inibição de novos testemunhos entre os militares. O presidente da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, Wadih Damous, declarou ser evidente a possibilidade de queima de arquivo e que a atuação da PF facilita a logística de acesso a arquivos federais. Segundo a *Folha*, há suspeita por parte da polícia de que os computadores roubados pudessem conter nomes de outros militares atuantes na repressão durante o regime. De acordo com *O Estado*, a esposa do militar, Cristina Malhães, declarou que o coronel não havia recebido ameaças depois do depoimento à CNV e que os assaltantes perguntavam por joias e dinheiro. De acordo com a viúva, um dos invasores afirmou ser parente de alguém que o militar assassinou durante o regime militar. Malhães foi peça importante do regime, afirmou *O Estado*, sendo um dos poucos oficiais responsáveis pelas operações sigilosas do Centro de Informações do Exército durante o regime e atuante em todo o país, tendo sido responsável pela Operação Gringo, em parceria com a inteligência militar argentina. Segundo o *Correio*, a polícia do Rio de Janeiro investiga se o caso trata-se de latrocínio, vingança pessoal ou queima de arquivo. O coronel da reserva foi sepultado no dia 26/04/14, na cidade de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro. O *Correio* também informou que a guia de sepultamento de Paulo Malhães apontou que o coronel foi vítima de “edema pulmonar, isquemia do miocárdio, miocardiopatia hipertrófica, evolução de estado mórbido (doença)”, o que pode indicar um possível infarto. No entanto, a Polícia Civil investiga a possibilidade de a morte ter sido provocada por asfixia. Segundo a *Folha*, a família acredita em vingança de vítimas torturadas ou de algum ex-empregado, com quem Malhães teve sempre “muito problema”. No dia 26/04/14, após uma perícia no local do crime, o delegado William Pena Júnior afirmou que provavelmente o crime tenha sido um latrocínio, apesar de possuir um requinte no planejamento que não é coerente com os ganhos gerados pelo roubo. De acordo com o *Correio*, a morte do militar repercutiu no Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, que pediu a investigação imediata do ocorrido e solicitou informações detalhadas à unidade mais próxima, localizada no Chile. A Polícia Civil do Rio de Janeiro colheu depoimentos de parentes da vítima e está à procura de imagens de câmeras de segurança da região onde ocorreu o crime. Ainda segundo o *Correio*, a CNV se reuniu com a Casa Civil do governo do Rio de Janeiro para entregar a íntegra do depoimento de Malhães. De acordo com a *Folha*, a Polícia Federal apreendeu, no dia 28/04/14, documentos que estavam na casa de Malhães. O Ministério Público Federal, que solicitou as apreensões, informou que foram confiscados três computadores, agendas e documentos secretos da época do regime militar. Segundo os jornais *Correio Braziliense*,

Folha de S. Paulo e *O Estado de S. Paulo*, o caseiro que trabalhava no sítio do coronel, Róger Pires, confessou dia 29/04/14 ter participado do assalto, mesmo assim, o delegado-substituto, Marcos Castro, não descarta a hipótese de homicídio por vingança ou queima de arquivo. Em seu depoimento, o caseiro entregou os próprios irmãos Rodrigo Pires e Anderson Pires Teles e mais um homem de serem os mentores do crime, com o objetivo de roubar armas e bens do oficial, e que a morte do coronel foi acidental. Dallari declarou que a CNV não concluiu um posicionamento sobre as circunstâncias da morte de Malhães. (Correio Braziliense – Política – 26/04/14; Correio Braziliense – Política – 27/04/14; Correio Braziliense – Política – 29/04/14; Correio Braziliense – Política – 30/04/14; Folha de S. Paulo – Poder – 26/04/14; Folha de S. Paulo – Poder – 27/04/14; Folha de S. Paulo – Poder – 29/04/14; Folha de S. Paulo – Poder – 30/04/14; O Estado de S. Paulo – Política – 26/04/14; O Estado de S. Paulo – Política – 27/04/14; O Estado de S. Paulo – Política – 28/04/14; O Estado de S. Paulo – Política – 30/04/14)

7- Grupo de estudantes auxilia Comissão Nacional da Verdade

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, um grupo de estudantes subsidia com pesquisas e relatórios a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Intitulado “Projeto República”, o grupo é composto por 18 estudantes de graduação, mestrado e doutorado do curso de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O trabalho é coordenado pela historiadora, professora e assessora da CNV, Heloísa Starling, e já resultou na investigação sobre crimes cometidos dentro dos quartéis das Forças Armadas, principalmente, relacionados às mortes e torturas. Os estudantes pesquisam documentos, cruzam informações com outras fontes, e vão a campo em busca de informações. De acordo com Starling, “pela responsabilidade da pesquisa, a exigência é muito alta, mas aqui é um aprendizado de mão dupla. Várias soluções são pensadas pelos alunos”. (Correio Braziliense – Política – 27/04/14)

8- Arquivos apontam cooperação brasileira com regime militar chileno

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, arquivos obtidos na Chancelaria do Chile, em Santiago, evidenciaram a cooperação brasileira com o regime militar chileno. Segundo investigações da Comissão Nacional da Verdade, militares brasileiros chegaram ao Chile dois dias antes do golpe que derrubou Salvador Allende da presidência, em 11 de setembro de 1973, e iniciaram o treinamento de chilenos em “técnicas de tortura”. Além disso, agentes chilenos estiveram no Brasil nos anos de 1973 e 1974, num intercâmbio que segundo o jornal se estendeu até a década de 1980. O *Estado* informou que a colaboração entre os regimes militar brasileiro e chileno abarcou não somente a área militar, mas também diplomática, o que pode ser confirmado com a notas do embaixador chileno enviada à chancelaria na época. O jornal teve acesso a alguns documentos até então confidenciais, dentre os quais estava uma lista completa de grupos de esquerda que operavam no Brasil, informações sobre presos, mortos e foragidos. (O Estado de S. Paulo – Política – 27/04/14)

9- Relatório preliminar sobre o atentado do Riocentro foi apresentado pela Comissão Nacional da Verdade

De acordo com os jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, e *O Estado de S. Paulo* foi apresentado no dia 29/04/14 um relatório preliminar da Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre o atentado do Riocentro, ocorrido em 30/04/1981, o qual aponta que o objetivo do atentado era causar pânico e mortes na população civil presente em um show de música popular brasileira organizado em comemoração ao Dia do Trabalhador. O então capitão Wilson Machado e o ex-sargento Guilherme Pereira do Rosário eram os executores da ação; no entanto, um dos artefatos explodiu no interior do veículo de Machado, deixando-o gravemente ferido e provocando a morte de Rosário. O relatório da CNV, segundo a *Folha*, é baseado em documentos apreendidos na casa do coronel Júlio Miguel Molinas Dias, ex-chefe do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do 1º Exército. Segundo o documento, o atentado foi fruto de um detalhado e planejado trabalho de equipe, envolvendo militares ligados ao 1º Exército e ao Serviço Nacional de Informações. A *Folha* informou que a CNV fez uma homenagem ao almirante Júlio de Sá Bierrenbach que votou contra o arquivamento do caso no Sistema Tribunal Militar há 33 anos atrás, mesmo sofrendo pressão do regime militar (1964-1985). (Correio Braziliense – Política – 29/04/14; Correio Braziliense – Política – 30/04/14; Folha de S. Paulo – Poder – 29/04/14; Folha de S. Paulo – Poder – 30/04/14; O Estado de S. Paulo – Política – 30/04/14)

10- Contradições nas investigações sobre as circunstâncias da morte de Juscelino Kubitschek

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Carlos Heitor Cony afirmou que a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, de São Paulo, contrariou o parecer da Comissão Nacional da Verdade (CNV) ao concluir que o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek foi vítima de um atentado em 22/08/1976. Segundo Cony, o parecer da CNV não levou em consideração o cenário internacional da época: no auge da Guerra Fria, os Estados Unidos temiam o fim do regime militar no Brasil (1964-1985) que era ameaçado pela chamada Frente Ampla, formada por Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda. Em 04/06/1976 o jornalista Richard Gott publicou um artigo no qual afirmava estar em curso algo semelhante à Operação Fênix, responsável pelo assassinato de lideranças durante a Guerra do Vietnã. Tratava-se da Operação Condor, que atuou no Cone Sul. No ano de 1976 morreram Kubitschek, o ex-ministro de Salvador Allende, Orlando Letelier, e o ex-presidente da República João Goulart. No ano seguinte morreu Carlos Lacerda, último integrante da Frente Ampla. (Folha de S. Paulo – Opinião – 29/04/14)

11- Coluna opinativa analisa a complexidade do regime militar

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o professor da Universidade de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Oliveiros S. Ferreira, escreveu sobre a complexidade do regime militar (1964-1985) e ressaltou o respeito à hierarquia envolvido no processo. Ferreira denominou Partido Fardado o grupo que existiu até o governo Médici (1969-

1974), que buscava aglutinar os que se consideravam defensores da ordem e dos valores, devendo agir contra qualquer governo que os ameaçasse. No contexto que antecedeu a tomada de poder de 1964, Ferreira analisou a construção das imagens dos ex-presidentes da República Getúlio Vargas e João Goulart. Em 1955, quando Goulart era apenas vice-presidente, para os militares seria necessário dar a posse a Juscelino Kubitschek a fim de manter a ordem, e em 1961 o respeito à Constituição fez de Goulart presidente. A seguir, ministros pediram sua renúncia ao considerar o vínculo de Goulart com sindicatos operários e com o Partido Comunista um perigo para o Estado. Em seguida, houve a revolta dos Sargentos de 1963, o comício do dia 13 de Março e a revolta na Esquadra, que deram vida à persona de Goulart ao anistiar fuzileiros, violando a Constituição. Segundo Ferreira, o Partido Fardado seguiu os generais, apesar de pretender ultrapassá-los. Neste sentido, a política do então presidente Castelo Branco foi posta em xeque, no entanto, Castelo Branco recuperou o controle da situação com o Ato Institucional número 2 (AI-2) e ganhou a hostilidade do Partido Fardado. Este então vê em Costa e Silva a solução para recuperar a ordem. “A percepção da ameaça da subversão armada e o ato do Congresso recusando que Moreira Alves fosse julgado pelo Supremo Tribunal Federal levam ao AI-5”. Antes de Médici assumir o poder, um decreto de lei determinou que os ministros militares teriam poder discricionário para transferir a reserva dos oficiais de qualquer patente que pudessem representar ameaça à hierarquia, extinguindo assim o Partido Fardado. Desta forma, os governos civis posteriores não precisaram se preocupar com a visão de ordem militar. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 29/04/14)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais);
Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex);
Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais);
Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais);
Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais);
Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)

